

Luta por Reconhecimento: Reelaboração Étnica e Conflito no Baixo Tapajós (PA).

Avance de investigación en curso

Grupo de Trabalho nº8 – Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social.

Rodrigo Peixoto

Museu Paraense Emílio Goeldi (Pesquisador)/Universidade Federal do Pará (Professor)

rpeixoto@museu-goeldi.br

Kércia Figueiredo

Universidade Federal do Pará (Doutoranda – Bolsista CNPQ)

kerciapris@gmail.com

Resumo:

No Baixo Tapajós o movimento indígena de reelaboração étnica interfere numa organização espacial onde o Estado busca acomodar interesses diversos. O arranjo inclui terras indígenas, unidades de conservação e interesses do capital. O silêncio historicamente imposto cedeu lugar à luta por visibilidade e território. Os indígenas reivindicam direitos e territórios, enfrentando ordenamentos estatais e desafiando mecanismos legais e administrativos utilizados para fazê-los invisíveis. Tratando-se de uma escolha, a identidade pode ser assumida ou não. A identidade positiva de índios renascidos na história, como vem sendo conduzida, afeta as relações entre parentes e vizinhos. As comunidades sofrem com rupturas nas relações. Diante de inimigos comuns, o resgate da solidariedade entre iguais permitiria uma luta por reconhecimento mais efetiva.

Palavras-chave: identidade; conflito; reconhecimento.

Introdução

O oeste do Pará se caracteriza como uma região de fronteira de expansão da sociedade nacional e do capital, que lhe dita o ritmo de expansão e avança abrindo e pavimentando estradas, projetando hidrelétricas no rio Tapajós e instalando grandes projetos de mineração. O agronegócio sobe pela BR-163, desde o Mato Grosso em direção ao Pará, ávido de terras férteis. Para a fronteira vêm migrantes em busca de oportunidades de trabalho e de investimento. Entre estes, pecuaristas e madeireiros, que visualizam negócios lucrativos e nem sempre idôneos nessa espécie de faroeste, onde a lei vige apenas precariamente.

Na região do baixo Tapajós, as conquistas da Reserva Extrativista Tapajós- Arapiuns e da Terra indígena Maró se relacionam uma com a outra, e foram resultado de lutas para garantir o direito à terra para aqueles que viviam ali. As lutas pela terra configuraram ações coletivas – conjunto de agentes atuando em função de um objetivo comum – em diferentes momentos da história local. Entretanto, nas ações coletivas, ainda que o mais importante seja a força integrada dos agentes, é preciso realçar o papel das lideranças. Algumas pessoas foram determinantes para a organização e estímulo que antecederam os passos decisivos para a consolidação do movimento que então se concebia e que garantiria primeiro o território da Resex e posteriormente a TI Maró. Caberia uma biografia dessas lideranças que em algum momento da história se encontraram e se articularam, fazendo a ligação dos anseios locais com possibilidades já desenhadas na agenda política nacional. Entre essas lideranças estavam religiosos, um ativo procurador da República e representantes de organizações não governamentais. Assim, no contexto das ações coletivas, foi o empenho de alguns atores individuais que possibilitou a transformação daqueles espaços cobiçados por madeireiros em reserva extrativista e terra indígena.

Nos primórdios da luta, não havia uma delimitação precisa das áreas a serem transformadas em reserva extrativista e terra indígena, o que indicaria depois a forma pela qual os ocupantes tradicionais permaneceriam nelas. Sobretudo as identidades não eram diferenciadas e afirmadas com o escopo de garantir direitos. A qualificação das áreas em reserva extrativista e terra indígena, assim como o reconhecimento dos grupos - extrativistas e indígenas -, ocorreram de acordo com possibilidades existentes no Estado, que podia institucionalizar as categorias territoriais e reconhecer direitos étnicos, é verdade que só em virtude de muita mobilização social. Nessa fronteira de expansão do capital, o Estado prioriza a promoção do progresso e instaura conflitos, desrespeitando direitos e anseios das populações locais.

Resistindo ao progresso, os grupos locais se organizam com seus aliados para garantir direitos. Essa resistência, embasada em forma de conceber e lidar com a natureza diversa do sentido empresarial extrator de recursos, típico da fronteira, estabelece certo empecilho ao avanço de interesses capitalistas, afetando o mercado de terras e atividades madeireiras. Intensos conflitos ocorrem na medida em que o movimento indígena cria obstáculos aos interesses econômicos.

Contudo, o conflito tem mais de uma face. Informados sobre a possibilidade de abraçar identidades capazes de garantir direitos étnicos e territoriais, a população local, antes vista como um todo homogêneo, se divide por força de uma política de identidade. Por um lado, grupos indígenas, dando substância a um aguerrido movimento identitário. Por outro, comunitários sem qualquer identidade expressa, classificados por outros, em sentido pejorativo, como simples caboclos. A exacerbação de emergentes identidades indígenas estabelece novas relações nas comunidades, fazendo emergir, em muitas delas, atritos entre parentes. O movimento indígena, fortemente influenciado por liderança religiosa, busca influenciar e converter à identidade indígena a maioria das comunidades caboclas, mas de uma forma um tanto impositiva, segundo críticas de comunitários que assumem, por sua vez, a identidade de extrativistas. Ou seja, os extrativistas, também politizados por inserções em lutas e movimentos sindicais, nesse contexto de afirmações identitárias, buscam também afirmar a sua própria identidade, diversa da identidade indígena. A polêmica é, portanto, generalizada, inclusive dentro do próprio movimento indígena, que, em parte, contesta suas lideranças.

Vale lembrar que o modo de vida desses grupos pouco ou nada difere um do outro. Todas as comunidades, sejam elas indígenas, caboclas ou extrativistas, igualmente fazem seus roçados de mandioca, mantêm suas casas de farinha, usam os recursos naturais no seu cotidiano e creem em santos católicos, assim como nos encantados da tradicional cosmologia amazônica. É fato que os indígenas procuram resgatar rituais simbólicos em movimentado calendário político, que inclui a semana dos povos indígenas, a celebração da Cabanagem, e a fundação da cidade de Santarém, entre outros eventos, comparecendo, nessas ocasiões, com seus adereços, caciques e conselheiros. Contudo, nesse cenário de disputas, o conflito decisivo se dá pela resistência na terra e no modo de vida, contra a agressão representada pelo avanço de atividades econômicas que ameaçam a identidade coletiva substancial, seja ela de indígenas ou extrativistas. Os territórios pedem um novo equilíbrio onde os interesses dos grupos possam se articular. Nesse sentido, cabe indagar: Onde está a solidariedade entre iguais, no trato com a natureza e no modo de vida, que se verificou na conquista da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e da Terra Indígena Maró? A percepção de que índios e extrativistas tem inimigos comuns permitiria uma luta comum por reconhecimento?

Estado, conflito, identidade e conquistas

O Grupo de Trabalho da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns era composto por entidades não governamentais de assessoria, associações comunitárias, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e CNPT/IBAMA. Em novembro de 1997, houve a grande assembleia na comunidade de Tucumatuba, na qual participaram 22 associações comunitárias do Tapajós e Arapiuns, representando 82 comunidades (4.500 famílias), entidades não governamentais e representantes de instituições públicas: INCRA Nacional, CNPT/IBAMA, Ministério Público Federal e Estadual; além da entidade de base que era o STR/Santarém. Nesse evento, um abaixo assinado solicitando a

criação da Resex foi encaminhado ao IBAMA, o que repercutiu em forte reação daqueles que não queriam a Reserva. Políticos locais e empresários perderiam com a criação da reserva. Assim, houve a divulgação de informações distorcidas, o que gerou conflito e insegurança entre os próprios comunitários, inclusive com ameaças de morte. Alguns comunitários perderiam seus empregos nas madeiras. Não obstante a pressão contrária, o decreto presidencial de criação da Resex Tapajós Arapiuns foi assinado em 06 de novembro de 1998 e publicado no Diário Oficial três dias depois.

Assim foi efetivada a primeira Reserva Extrativista do estado do Pará, com 647.610 hectares, abrangendo 68 comunidades localizadas nos Municípios de Santarém e Aveiro. Como 82 comunidades encaminharam o abaixo assinado ao Incra, e apenas 68 comunidades foram beneficiadas? O que aconteceu com as outras 14 comunidades? Por que ficaram de fora? Iza Tapuia, liderança indígena nos explica “O Maró ia ser parte da Resex, só não foi porque aquela era uma área estadual. Nós tivemos que um dia tomar uma grande decisão e foi uma das mais difíceis decisões que nós tomamos, que foi a de tirar o Maró pra poder sair a Reserva do outro lado, que era tudo Federal”.

Foi em uma reunião no Ministério Público Federal em Santarém, com as lideranças do movimento pela regulamentação fundiária, que o procurador da República Felício Pontes, mostrando um mapa, indicou as terras sob jurisdição federal e, do outro lado do rio Maró, a Gleba Nova Olinda, explicando que esta pertencia ao estado do Pará. O procurador esclareceu ainda que não seria possível criar uma reserva extrativista federal – a figura jurídica viável para proteger aquelas terras da ação dos grileiros - sobre área estadual porque, para que isso pudesse acontecer, teriam que negociar com o estado do Pará.

O governo do estado não conseguia discutir com a gente, não conseguia receber porque eles eram muito reacionários, então a gente pensou como é que a gente vai fazer? Eram 1.200.000 hectares. Aí a gente falou não, vamos fazer com 600.000 hectares, vamos fazer só o que é federal, vamos garantir pelo menos a Reserva Extrativista e eles [os comunitários do Maró e Aruã] ficaram lutando na terra. (...) A luta em defesa da terra no Maró é antiga, sobretudo Novo Lugar que tem que ser respeitado. E no Maró, sobretudo Novo Lugar, eles sempre foram muito rebeldes. (...) No Novo Lugar a concepção é indígena mesmo. Eles têm um tuxaua, um cacique, alguém que diz o que tem que ser feito. (Depoimento de Iza Tapuia).

Assim, as lideranças das comunidades decidiram separar o Maró porque a urgência naquele momento era “fazer a reserva extrativista para salvar o patrimônio, porque o lado de lá não tava em perigo ‘teoricamente’. O perigo tava na terra federal que ia ser vendida” completa Iza. No entanto, as lideranças, se propuseram continuar na luta pela terra. A base política para discutir a questão da terra foi formada a partir do Programa de Capacitação em Educação Ambiental organizado pelo Grupo de Defesa da Amazônia – GDA no momento da luta pela criação da Resex. Foi então que as comunidades do Maró perceberam que para garantir seu chão deveriam se valer de outros instrumentos de luta, pois sem a posse da terra ficariam suscetíveis à cobiça alheia. O que não tardou para acontecer.

Antecedendo a chegada dos ocupantes exógenos, uma equipe da Igreja Católica, liderada pela irmã Manoela do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, visitou em janeiro de 2002 as comunidades do Maró, informando a elas sobre a possibilidade do autorreconhecimento étnico. A irmã Manoela também pertencia ao Grupo Consciência Indígena – GCI. O direito de autorreconhecimento fundamentava o movimento indígena no Baixo Tapajós, ao qual as comunidades do rio Maró também aderiram. Portanto, foi através do CIMI que essas comunidades tomaram conhecimento sobre como a Constituição Brasileira e a legislação internacional amparam os direitos dos povos indígenas. A partir daí as comunidades Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III se autorreconheceram indígenas e acirraram a resistência na terra e contra a exploração madeireira ilegal na Gleba Nova Olinda I.

Na TI Maró, relata Odair Borari, o cacique Dadá: “o pessoal se reconheceu, mas para nós não existe isso [de se reconhecer]: a gente nascemo e sempre fomos indígena”. Porém, é preciso frisar o papel comunicativo do CIMI e do GCI, portadores da informação sobre a possibilidade de autorreconhecimento: a comunidade tomou conhecimento dos seus direitos. No mês seguinte em que as comunidades se reconheceram indígenas, seis empresas madeireiras entraram com pedido de integração de posse de terras. Foi então que as comunidades se deram conta que estavam perdendo suas terras e se organizaram para a luta.

No ano de 2006, o então governador do estado do Pará, Simão Jatene, autorizou, através do decreto 2.472-2006, assentamento na gleba Nova Olinda, destinado aos chamados “permutados”, fazendeiros do Sul do país que adquiriram títulos fundiários do governo do Pará na década de 1980, oferecidos pelo ITERPA no âmbito do projeto Trairão, em São Félix do Xingú. No entanto, a FUNAI reconheceu, em 1990, por meio do decreto 98.865-1990, que essas terras - desde sempre ocupadas pelos índios Kayapós - constituíam uma área imemorial indígena, e determinou a imediata retirada dos ocupantes exógenos. Forçados a sair, os fazendeiros exigiram do governo do estado indenização dos valores relativos à aquisição daquelas terras ou outra área como compensação. Assim foi destinada a eles, a título de permuta, parte da gleba Nova Olinda, ocupada por dezenas de comunidades amazônicas. Esse foi o estopim para o conflito que se instalaram na região.

Entre os anos de 2002 e 2006, deu-se início a uma desenfreada ocupação no conjunto de glebas Mampurú-Arapiuns, visando à exploração madeireira, processo esse comandado pelo governo, que se apoiava em dois instrumentos jurídicos: as ADIPs (Autorizações para Detenção de Imóveis Públicos) e a celebração de escrituras públicas de permuta. As ADIPs foram concessões estaduais de uso da terra que formalizavam o direito à exploração dos recursos naturais, impedindo que a situação fundiária fosse um empecilho para a atividade madeireira, desconsiderando deliberadamente a ocupação tradicional da área e a fragilidade ambiental. As escrituras de permuta garantem juridicamente o assentamento dos permutados em terras de usos de populações tradicionais. O documento de escritura de permuta concedido pelo governo atribui aos permutados a tarefa e realizar a auto-demarcação e o geo-referenciamento de suas terras e das terras vizinhas das populações tradicionais. Tal irresponsabilidade do governo é enfatizada pelo Procurador da República Felício Pontes (2004, p.10):

O governo Estadual parece ver a floresta como um obstáculo a ser vencido para o desenvolvimento.(...) Ao mesmo tempo em que o ITERPA estimulou a vinda desses empresários do sul do país, não houve qualquer mudança na política de segurança pública. (...) A consequência não poderia ser outra. Alguns casos são extremamente exemplificativos. Pessoas que compraram 500 hectares de terra estenderam a cerca a mais alguns hectares. Atingiram lotes de colonos do Incra ou população tradicional. O conflito foi inevitável. (PONTES, 2004, p.11)

Dessa forma, o governo se livra da sua obrigação de mapear e delimitar, concedendo aos principais interessados uma função que deveria ser sua. Esse ato de desrespeito fez com que as comunidades se sentissem indignadas, aguçando ainda mais o conflito na região. Na aldeia de Novo Lugar, os comunitários relatam que os madeireiros chegaram dotados de GPS e foram invadindo o território sem pedir autorização. Foram marcando e demarcando, sem dar explicações, como se a terra fosse deles. E assim se apropriaram de área do final da TI Maró, onde é grande a incidência da árvore Mururé, da qual os indígenas extraem uma seiva medicinal. Os indígenas, por sua vez, auto-demarcaram a sua terra, colocando-a no mapa, com essa fração de terra incluída. Reivindicaram uma área de 42 mil hectares. No limite dela estavam os permutados, que demandavam 15 mil hectares dentro da TI Maró. Foi essa a disputa que instigou o principal conflito territorial da região.

Assim, uma das primeiras iniciativas dos indígenas para garantir a permanência no território foi realizar uma auto-demarcação. “Na verdade o nosso objetivo não era demarcar o mapa, mas abrir os ramais abertos pelos meus bisavôs”, afirma o cacique Dadá. Mesmo tendo sido desaconselhados pelo Ministério Público, escreveram uma carta aos órgãos competentes

informando que começariam a demarcar por conta própria. Uma pequena equipe de comunitários pegou instruções sobre a utilização do GPS na ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA) e tomou emprestado um aparelho. Além disso, conseguiu a quantia de dois mil Reais com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dinheiro que serviu para comprar alimentos e munição para sustentar os homens que fariam a incursão na mata.

Faltando três dias para começar os trabalhos de demarcação, capangas dos madeireiros prenderam e torturaram o cacique Dadá, das 10 horas da manhã às 5 da tarde, mantendo-o sob a mira de duas armas de fogo. Dadá relembra: “subi pra cá doente, sem andar, provocando sangue. O pessoal aqui com raiva. Mas, eu disse não é matar ninguém, é pra retomar a nossa terra”. Esse foi o primeiro de muitos outros ataques sofridos por lideranças das três comunidades. O processo contra os torturadores corre até hoje na Justiça, mas “a Justiça pra nós é lenta, a gente não tem grana pra fazer ela valer. E eu sou proibido de estar na minha própria terra por ordem judicial, de ir pro rio Aruã, de ir pro final da TI, sob ameaça”, completa Dadá.

O desrespeito sofrido pelos indígenas se relaciona às três formas de desrespeito –violação, privação de direitos e degradação- elaboradas por Honneth como resposta à questão de “como a experiência de desrespeito está ancorada nas vivências afetivas dos sujeitos humanos, de modo que possa dar, no plano motivacional, o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente, para uma luta por reconhecimento?” (HONNETH 2009, p. 214). Foi a denegação dos direitos sobre a terra e o descaso pelas comunidades que ali viviam que deu o impulso inicial à resistência e ao conflito instaurado na região.

No entanto, a violação sofrida sob forma de tortura pelo cacique Dadá e posteriormente por outras lideranças indígenas, ao mesmo tempo em que criou um profundo sentimento de humilhação¹, gerou um sentimento ainda mais forte de lutar pela causa coletiva. Juntamente à privação de direitos e a violação sofrida pelos indígenas, sucedeu a “ofensa” ou “degradação”, pois os que cobiçam aquelas terras e os interessados pelo malfadado “progresso” da região se articularam com a imprensa local², que passou a publicar inúmeras matérias que negavam a identidade indígena daquela população e depreciavam seu modo de vida e sua causa. O apoio de instituições aliadas foi determinante para que o potencial cognitivo, inerentes aos sentimentos de vergonha social e da vexação, se tornasse convicção política e moral dos indígenas da terra Maró.

Foi com o apoio de um conjunto de organizações - CIMI, CITA, PSA, CPT e Grupo de Defesa da Amazônia (GDA) - que as três comunidades demarcaram a TI Maró, elaborando de modo participativo um primeiro mapa. Vale ressaltar que foram as mesmas instituições que se empenharam quando da conquista da Resex Tapajós Arapiuns. A iniciativa dessa primeira cartografia demonstra a emergência dos indígenas como sujeitos políticos e a importância das alianças políticas. Em cenário de disputas cartográficas, o fato de possuir uma representação cartográfica de si mesmos é uma estratégia fundamental para encaminhar a garantia de direitos territoriais.

As aldeias de Novo Lugar, São José III e Cachoeira do Maró lutam pela terra, base física, mas também pelo significado existencial do território. Assim, sujeitos políticos, tomando a iniciativa de suas ações, os indígenas da TI Maró se afirmam étnica e territorialmente, “como forma de neutralizar as pressões sobre seus territórios, ao mesmo tempo em que tentam dar visibilidade aos conflitos que opõem práticas espaciais distintas” (FISHER 2010, p.175).

Nas disputas cartográficas verificadas na Gleba Nova Olinda, para os indígenas, tomar a iniciativa de mapear-se, fazendo-se visíveis, representou uma atitude capaz de impedir que lhes excluíssem do mapa. De forma que também no baixo Tapajós, a exemplo de outras mobilizações na

¹ Considera Honneth que a tentativa de se apoderar de corpo alheio, contra sua vontade, provoca um grau de humilhação que interfere “destrutivamente na autorrelação prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito”, pois o que ocorre na tortura ou violação não é apenas a dor física, mas a sujeição ao outro sem proteção, perdendo até o senso de realidade (idem, p.215).

² Alguns jornalistas da imprensa santarena veiculam matérias alegando que os indígenas não são verdadeiros, pois, segundo eles, a etnia Borari já está extinta há duzentos anos. Essas matérias apontam os indígenas como responsáveis pelo atraso econômico da região, acusando-os de inviabilizar o uso produtivo das terras regionais.

América Latina (ACSERALD, 2010), a produção de mapas tem instrumentalizado a luta por afirmação territorial (COLI, 2010). Significa dizer que as representações territoriais produzidas por organizações indígenas têm superado o caráter meramente técnico das demarcações, antes executadas somente pelo Estado, para ganhar um sentido político capaz de conferir aos indígenas a condição de sujeitos políticos (OLIVEIRA, 2006).

Depois de muitos conflitos e uma longa espera, finalmente o Relatório de Identificação e Delimitação foi publicado, em outubro de 2011, e em seguida contestado pelo ITERPA. Em 06/01/2012, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), em referência ao Despacho nº 107, da Presidência da FUNAI, publicado no DOU em 10/10/2011, manifestou “impugnação àquele ato”, que contraria a iniciativa do governo estadual de situar na TI Maró madeireiros oriundos do Projeto Trairão, no município de São Felix do Xingu. O ofício do ITERPA se faz acompanhar de texto intitulado “Flechas Enganosas”, em que o autor critica o movimento indígena evocando o fantasma de agentes externos interessados no subdesenvolvimento da Amazônia: “Tais ações indigenistas obedecem uma agenda geopolítica externa, visando o engessamento de enormes áreas de produção e servirem de óbices a realização de obras estruturantes na região, a fim de mantê-la, sub-povoada e sub-desenvolvida.”

Por outro lado, a intrusão de atividades madeireiras na TI Maró e o prejuízo que ela causa aos indígenas e à natureza estão reportados no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Maró/PA.

A atuação da indústria madeireira já tem causado assoreamento de cabeceiras de igarapés como o Tirirical, Tobias e Raposa. O comprometimento destas cabeceiras tem conseqüências negativas relevantes, especialmente para a aldeia de Novo Lugar, local onde todas estas desembocam. No entanto, por ser esta a comunidade localizada à montante, certamente as demais também sofrerão com a diminuição do fluxo do rio Maró e destruição de locais importantes para a reprodução de peixes. (FUNAI, 2011)

O conflito, ao passo que se dá diretamente com agentes econômicos locais, tem como agente principal o Estado brasileiro, que em lógica desenvolvimentista almeja a integração dos territórios indígenas e seus respectivos recursos naturais aos processos econômicos, apesar da retórica de defesa da pluralidade sociocultural (VERDUM 2008). Apesar dos avanços conceituais e legais, vigora ainda a prática do velho SPI de ‘abertura dos sertões à iniciativa dos particulares’ (FREIRE 2009, p. 31). Por outro lado, indígenas recentemente assumidos retomam “suas tradições a partir de uma identidade genérica de caboclos já assimilados” (ARRUTI 1997, p.11), fazendo-se assim sujeitos políticos, subvertendo a indistinção (ibidem, p. 19) e o projeto geopolítico regional.

Direitos conquistados, parentes divididos.

Com a difusão da possibilidade do autorreconhecimento étnico, muitas comunidades nos rios Tapajós, Arapiuns e Maró se assumiram indígenas. Entre as principais motivações estava a possibilidade de garantir a terra de forma perene e educação e saúde diferenciadas, frente aos tucanos serviços oferecidos às populações locais. Porém, muitas outras comunidades não optaram pelo reconhecimento étnico ou foram divididas entre os que se reconheciam indígenas e os que não. Alguns comunitários argumentam que a questão indígena é boa, quando se trata do resgate da cultura e da luta pela terra, porém criticam a forma impositiva como muitas vezes ela foi colocada. Quem se reconhecia dizia “o nosso território vai ser indígena, quem não for vai sair” afirma uma das lideranças extrativistas da comunidade de Anã, na Resex, com uma ponta de ressentimento, completando que quando o movimento chegou “veio muito brusco, veio muito duro, muito grosseiro”.

Por outro lado, o indígena, antes envergonhado, se sente orgulhoso de pertencer a um povo e a um movimento que busca afirmar identidades, direitos e territórios. E esse sentimento pode ser

arreatador. Com esse orgulho afirmavam que agora “tudo vinha da FUNAI e que não precisavam mais de ninguém” e completavam “nós índios, não somos que nem vocês brancos” imita outra liderança extrativista em tom de arrogância. De forma que o autorreconhecimento criou uma fratura entre os comunitários que antes se relacionavam a partir relações de parentesco e solidariedade. Enquanto era uma questão de escolha de identidade havia entendimento, respeito e solidariedade entre os comunitários. Foi a implantação da escola indígena, com educação diferenciada em algumas comunidades, o estopim da discórdia.

A Prefeitura Municipal de Santarém dispunha de recursos federais para a implantação de escolas indígena e instalava escolas nas comunidades sem fazer um estudo prévio. Assim em muitas comunidades divididas entre indígenas e não indígenas, alguns moradores solicitavam à prefeitura escola indígena e outros escola comum. Tal impasse emperrou a implantação de escolas nas comunidades e estagnou o desenvolvimento da educação em alguns lugares. Muitos desses casos aconteceram na Resex Tapajós Arapiuns, sem que o ICMBio fizesse qualquer interlocução com a prefeitura. “O ICMBio não se manifestou em relação a essa política do governo municipal. Porque o certo é o ICMBio, como gestor da unidade, deveria ter chamado a prefeitura e junto com a Funai detectar se são indígenas e aí sim abrir a escola” relata a liderança indígena Dinael Anjos. Os não indígenas que frequentavam a escola diferenciada não tem direito à cota universitária. Isso gera divisão e transtorno.

Vale lembrar que os comunitários do Arapiuns e do Tapajós possuem fortes laços de parentesco. “Eu moro em São Pedro, mas eu tenho primos que moram em Anã. Por quê? Porque o acasalamento circulou dentro do Arapiuns de gerações por gerações”, afirma Dinael Anjos. .

eu sou consciente que indígena eu sempre fui, mas eu também me faço uma auto-pergunta, quem sou eu? Porque quando eu faço minha árvore (...). A minha árvore vem de 1730, admitir que eu tenho sangue português eu admito, eu tenho, mas o maior sangue que eu tenho é indígena. Minha avó é descendente de Munduruku, o meu pai é de Apiacá e Munduruku. Então, quem sou eu? Eu sou indígena.

Com a possibilidade do autorreconhecimento étnico, muitos parentes se assumiram indígenas de diferentes etnias, conforme completa Dinael:

Lago da Praia, Caruci e Arimum [nomes das comunidades]. Tudo ali é primo, é Barbosa, é Barbosa, é Barbosa. Quando Caruci se autorreconhece ele diz eu sou Arapium, a minha etnia é Arapium, quando chega no Lago da Praia o cacique Zé Inaldo diz se o povo de Caruci é Arapium, eu não sou Arapium, eu quero ser Jaraqui porque aqui tem muito Jaraqui [um peixe da região], então eu quero ser indígena Jaraqui. Quando chega lá no Arimum, como a D. Inácia, que é tia do cacique do Zé Inaldo lá do Lago da Praia, diz “Ah! Se o Zé Inaldo é Jaraqui, pois eu sou Tapajó aqui em baixo. Então a gente detecta que é uma questão mais de estado esses nomes que foram dados pra nós, mas que em si todos nós somos parentes.

Nas comunidades do Arapiuns, as mulheres tem um papel relevante e tem suas próprias associações, inserções e opiniões. Com forte liderança local e com anos de inserção no sindicato, Edilena Cristina, delegada sindical e tesoureira da associação da comunidade São Francisco explica que sua comunidade optou por não se reconhecer indígena. Relatou que o CITA se aproximou, ensinou a fazer paneiros e até aí a relação foi boa, mas quando chegaram com a ideia de escolher um cacique para a comunidade, tudo mudou.

Eu lembro como se fosse hoje a rodada de mulheres lá, que sempre acontece, aqui tem muita mulher. Ai, ele disse agora a reunião vai ser pra escolher o cacique, eu disse ‘como é que é o cacique?’ O cacique é um homem, de uma família que respeite muito, o que o cacique disser tá dito. Eu nunca esqueço. Não senhor! Aqui nós

vivemos numa comunidade onde todo mundo tem direitos iguais. Pra uma só pessoa mandar aqui não. Foram saindo, foram saindo, foram saindo e não foi escolhido o cacique pra comunidade.

Mesmo entre parentes, as relações cotidianas mudaram à medida que comunidades e famílias se autorreconheceram. Antigas relações de colaborações, como os trabalhos em mutirão, foram afetados. Os indígenas também pediram o desligamento do Sindicato de Trabalhadores Rurais e das associações tradicionais, conforme relata Edilena “Os nossos colegas indígenas dizem é que não precisa se associar porque o direito do índio tá garantido por lei. O que eles dizem é que eles querem se individual. Antes eles participavam dos trabalhos comunitários, nas contribuições das comunidades, nas igrejas, enfim. Depois de vir essa influência, que dividiu”.

Conclusão

A conquista dos territórios da Reserva Extrativista Tapajós e posteriormente da Terra Indígena Maró, foi possibilitada por um conjunto de circunstâncias em distintos momentos da história local. Pessoas e instituições se encontraram e se reencontraram tecendo estratégias para garantir a terra para quem sempre nela viveu e trabalhou. A conquista se deu paralelamente à construção de identidades. Nos primórdios da luta, aquelas pessoas não tinham distinções marcadas, eram conhecidos e parentes de perto ou de longe, que viviam na floresta usando livremente seus recursos em uma relação de respeito. Os conflitos engendrados nas conquistas dos territórios têm a ver com o significado atribuído à natureza: meio e espaço de vida para os que nela vivem e objeto de exploração para os que cobiçam aquela área.

Esse cenário de injustiça suscitou uma luta por reconhecimento. Natureza como meio e espaço de vida dizem respeito a como as comunidades se relacionam com o ambiente. Comunidades de uma extensa área, entre os rios Tapajós e Arapiuns se reuniram, criaram associações, se mobilizaram contra as empresas madeireiras que avançaram sobre seus espaços, e exigiram uma área de terra comum. Garantiram a Resex Tapajós-Arapiuns, se afirmaram extrativistas. Ainda lutando pela terra e com a possibilidade do autorreconhecimento étnico, outras comunidades se reconheceram indígenas e garantiram a TI Maró.

As lideranças e instituições envolvidas se articularam e trabalharam juntas nos dois momentos dessa história recente. Contudo, dentro das comunidades, a reivindicação e conquista de direitos diferenciados cria cisões e rompe com as relações de solidariedade outrora construídas e vividas. Ao mesmo tempo em que o Estado comparece atendendo certas demandas, ele se recoloca no poder através das instituições que gerenciam os territórios. Através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Resex é gerenciada pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), que tarda em apresentar o Plano de Manejo. “o governo pega e cria o SNUC e dá o poder absoluto de nos vigiar 24 horas e colocar propostas pra que sejam aprovadas no Conselho deliberativo da unidade pra manter a Resex, como se o povo da Amazônia, como se o povo que mora dentro da Resex quisesse destruí-la” reclama uma liderança. Ocorre que, em muitos casos, o saber técnico-científico desqualifica e desvaloriza outros saberes e práticas (CASTRO e PINTON 1997).

A luta dos extrativistas e indígenas não é apenas para garantir seu pedaço de chão. Mais do que terra, a luta envolve sentimentos de pertencimento a uma forma de viver naquele espaço. A conquista da terra afirmou identidades, que tem a ver com continuidades históricas, inclusive territoriais. Agora eles almejam uma vida melhor sobre o território conquistado. Extrativistas reclamam a “vigilância” do ICMBio, enquanto indígenas exigem a demarcação de suas terras e não querem mais ser tutelados pela igreja. A luta se configura como uma luta pela sobrevivência motivada por um ato de desrespeito social, sofrido pela ameaça ao território e por sua vez à identidade coletiva. Portanto, trata-se de “um modelo de conflito que começa pelos sentimentos coletivos de injustiça” (HONNETH 2009, p 261), que parte de uma experiência moral de denegação jurídica e social (idem). Contudo, as comunidades sofrem com rupturas nas relações. Diante de

inimigos comuns, o resgate da solidariedade entre iguais permitiria uma luta por reconhecimento mais efetiva.

Bibliografia

- ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In:----- (org.). Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos “Remanescentes”: Notas para o Diálogo entre Indígenas e Quilombolas. *Mana* 3(2): 7-38, 1997.
- CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In Faces do Trópico Úmido. Org. Castro e Pinton. Belém, UFPA/NAEA, 1997.
- FISHER, Wendel. “Conflitos territoriais e disputas cartográficas: tramas socioplíticas no ordenamento territorial do Oeste do Pará”. In Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Org. Acserald. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2010.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. O SPI na Amazônia. Política indigenista e conflitos regionais (1910 – 1932). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Ministério da Justiça. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Maró/PA. Despacho N° 107, outubro de 2011.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Hacia una Antropologia del Indigenismo. Rio de Janeiro: Contracapa, 2006.
- PONTES, Felício. Terra do Meio: Poder, violência e desenvolvimento. In “Idéias e debates 7” Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.
- STTR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém & CPT – Comissão Pastoral da Terra. Plano Participativo de Mosaico de Uso da Terra nas Glebas: Nova Olinda, Nova Olinda II, III, Cumurucuri e Mamuru no Oeste do Pará. Santarém, 2008.
- VERDUM, Ricardo. El indigenismo brasileño en tiempos de multiculturalismo. *Alteridades*, 2008, 18 (35): págs 33-46.